

# White Solder Group S.A.

CNPJ 23.140.151/0001-40

Assinado digitalmente por FRANCISCO JORGE ROSA FILHO CPF: 056.996.196-7 Data: 09/07/2024 09:27:43 -03:00

## Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balço patrimonial	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido/Circulante	Controladora		Consolidado		Demonstração do resultado do exercício	Controladora		Consolidado			
	Nota	2023	2022	2023		2022	Nota	2023	2022		2023	2022	Nota	2023	2022	2023
<b>Ativo/Circulante</b>		<b>372.220</b>	<b>484.947</b>	<b>419.542.461</b>	<b>505.511.206</b>		<b>661.458</b>	<b>523.934</b>	<b>322.473.238</b>	<b>514.427.789</b>		<b>24</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Caixa e equivalentes de caixa	11	2.916	6.218	10.230.600	26.898.271	18	495.891	349.633	9.876.837	68.541.647	24	-	-	749.373.355	983.662.381	
Contas a receber de clientes	12	-	-	14.646.984	19.337.044	19	-	-	305.093.288	430.385.935	25(a)	-	-	(644.515.731)	(927.260.146)	
Estoques	13	-	-	161.378.736	295.055.762	15	-	-	607.589	646.265	25(a)	-	(15.148)	(11.100.142)	(17.248.458)	
Tributos a recuperar	14(b)	7	21	136.045.904	134.197.317	20	-	-	5.249.829	5.249.829	25(a)	(175.384)	(15.148)	(58.689)	(33.725.313)	
IR e CS a recuperar	14(a)	1.804	1.606	493.948	1.606	29	3.499	6.351	322.101	374.715	25(b)	(1.698)	(14.863)	(1.019.949)	(13.368.157)	
Derivativos	20	-	-	1.535.203	-	29	-	-	2.425.674	4.708				-	-	
Partes relacionadas	29	363.556	470.793	77.759.895	245.444				-	-				-	-	
Outros ativos	29	-	-	3.594.595	29.443.420				-	-				-	-	
Adiantamentos a fornecedores	1	1.000	-	3.594.595	29.443.420				-	-				-	-	
Outros ativos	2	2.938	6.309	13.854.983	332.343				-	-				-	-	
<b>Não circulante</b>		<b>78.309.480</b>	<b>69.343.562</b>	<b>198.226.422</b>	<b>276.490.219</b>											
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>6.845</b>	<b>3.427</b>	<b>136.785.998</b>	<b>217.027.805</b>											
Contas a receber de clientes	12	-	-	633.886	633.886											
Tributos a recuperar	14(b)	-	-	96.324.343	174.849.714											
IR e CS a recuperar	14(a)	-	-	2.755.205	2.193.887											
IR e CS diferidos	23(b)	-	-	27.849.932	29.809.819											
Partes relacionadas	29	-	-	8.900.000	8.900.000											
Depósitos judiciais	6	6.355	-	165.269	226.237											
Outros ativos	9	78.117.248	69.262.689	158.363	415.261											
Outros investimentos	15	-	-	9.287	-											
Direito de uso de arrendamento	16	179.636	70.861	3.162.950	1.986.342											
Imobilizado	17	5.751	6.585	1.020.366	1.030.112											
<b>Total do ativo</b>		<b>78.302.635</b>	<b>69.340.133</b>	<b>611.440.424</b>	<b>599.462.415</b>											
		<b>78.681.700</b>	<b>69.828.509</b>	<b>617.668.883</b>	<b>782.001.426</b>											

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31/12/2021	Reservas de Lucros		Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Lucros (prejuízos) Acumulados	
(Prejuízo) líquido do exercício	84.519.069	2.212.278	107.192.421
Absorção do prejuízo com reservas, nos termos do Art. 189 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976	-	2.212.278	-
Dividendos distribuídos	-	(20.461.073)	(20.461.073)
<b>Em 31/12/2022</b>	<b>84.519.069</b>	<b>(15.214.494)</b>	<b>69.304.575</b>
Lucro líquido do exercício	-	8.715.667	8.715.667
<b>Em 31/12/2023</b>	<b>84.519.069</b>	<b>(6.498.827)</b>	<b>78.020.242</b>

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

**Seção A - Informações gerais: 1. Contexto operacional:** A White Solder Group S.A. ("Companhia" ou "WSG") e suas controladas (conjuntamente "Grupo White Solder" ou "Grupo"), atuam no segmento de extração, fundição, industrialização e comercialização de metais não ferrosos, com ênfase no estanho. O Grupo possui unidades produtoras e revendedoras em diversos estados do Brasil, vendendo seus produtos principalmente para indústrias dos ramos de eletrônica e siderurgia, dentre outras, tanto no Brasil quanto no exterior. A Companhia é uma sociedade por ações e tem como atividade preponderante a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista, atuando como "holding", bem como a administração de imóveis próprios, caso sejam adquiridos pela sociedade. A WSG foi constituída em 27/07/2015 com o objetivo de concentrar as empresas do segmento de estanho em um subgrupo dentro do Grupo Tor. O Grupo Tor, controlado pela companhia Tor Participações S.A. ("Tor") atua no segmento de mineração, fundição, industrialização e comercialização de metais não ferrosos, com predominância do estanho e zinco, além de logística. A Tor controla diretamente as seguintes empresas, além de ter participação em negócio controlado em conjunto (joint venture) WSG:

País	Participação no Capital Social	
	2023	2022
Brasil	100%	100,00%
Portugal	100%	100,00%
Brasil	100%	100,00%
Brasil	70%	70,00%

**Controladas diretas**  
 BL Transportes e Logística Ltda. Brasil 100% 100,00%  
 Wire Metals Ltd. Portugal 100% 100,00%  
 Eco White Comércio de Sucatas Ltda. Brasil 100% 100,00%  
 NBF Mineração S.A. Brasil 70% 70,00%

**Controle em conjunto**  
 White Solder Group S.A. Brasil 72,82% 72,82%  
 BL Transportes e Logística Ltda. ("BL"): empresa de transportes e logística, com foco de suas operações no transporte e distribuição dos produtos das empresas do Grupo. Wire Metals Ltda. ("Wire"): empresa especializada na fabricação de produtos à base de zinco, tais como fios, anodos e barras. ZWM - White Solder EU Metals, LDA ("ZWM"): empresa atua com a comercialização, importação, exportação e estocagem de metais não ferrosos, na forma primária, trabalhada e seus resíduos, nomeadamente oxímio, sulfato, fílo, ligante e soldas, bem como na produção de tais metais, nos formatos antecorridos e refinados. Em 2017, a ZWM tornou-se a distribuidora do estanho do Grupo na Europa. Ecowhite Trading Ltd. ("Ecowhite"): empresa fundada para atuar no ramo atacado de produtos de extração mineral e sucatas de metais, vendendo no mercado nacional e exterior. NBF Mineração S.A.: mineração adquirida pela Tor em 2020, mediante Acordo de Investimentos com outras partes ("Não controladas"). Um dos principais fornecedores de cassiterita (matéria-prima da fabricação dos lingotes de estanho) para a WS Rondônia. 1.1 Relação de entidades controladas: A Companhia controla diretamente as seguintes empresas:

País	Participação no Capital Social	
	2023	2022
Brasil	100%	100%
Brasil	100%	100%
Brasil	100%	100%

**1. White Solder Ltda. ("WS Ribeirão"):** Tem como atividade preponderante promover a comercialização no Brasil e no exterior de produtos das empresas do Grupo White Solder, bem como todos os tipos de metais não ferrosos e suas variedades em diversos estados do Brasil, com ênfase na comercialização no local, especificamente no segmento de eletrônicos. 2. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023: 2.1 Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções não afetam os negócios do Grupo. 2.2 Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas: Existem no Grupo departamentos responsáveis por auxiliar a Administração na elaboração de políticas, normas e indicadores da Qualidade e do Meio Ambiente, como o Sistema de Gestão Integrado, que gerencia o impacto das ISOs 9001 (Qualidade) e ISO14001 (Meio Ambiente). Relação com o meio ambiente e o meio ambiente, o Grupo possui há alguns anos definido como suas políticas: tomar ações para proteção do meio ambiente com medidas de prevenção da poluição do ar e do solo; trabalhar no uso correto e consciente de itens potencialmente poluidores, incentivando a reciclagem/reaproveitamento e dando destino adequado aos seus resíduos e a busca pelo atendimento aos requisitos da legislação ambiental. A Administração não crê, por hora, que haverá impactos financeiros futuros relacionados à esse tema que mereçam ser mencionadas em Demonstração Financeira, visto já estar dentro do seu escopo de atuação e orçamento grande parte das dietrizes adotadas, mas compromete-se a divulgar qualquer fato relevante que a faça mudar de opinião e acredite ser necessário mencionar às partes interessadas. 2.3 Reforma tributária sobre o consumo: Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alterações dos novos tributos, ainda estão em fase de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional a partir de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, exportação, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes de consumo. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31/12/2023 e 2022. 2.4 Base de preparação: A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18/06/2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 5. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais políticas contábeis materiais da Companhia e das controladas e suas bases contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas abaixo. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e determinados ativos ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis materiais e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. 3. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados ativos ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. 3.1 Base de consolidação: (f) Controladas: Controladas são todas as entidades sob o controle do Grupo. O controle é determinado com base na análise da participação de voto, considerando uma participação de mais de 50% do direito de voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. As demonstrações financeiras consolidadas incluem demonstrações financeiras da Companhia e das controladas e seus direitos. A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. (ii) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. 4. Mudanças nas principais políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 10/1/2023: • Alteração ao IAS 1/CPIC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis: Alteração de "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações inerentes de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes; • Alteração ao IAS 8/CPIC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos futuros, bem como ao período atual; • Alteração ao IAS 12/CPIC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes líquidos de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais; • Alteração ao IAS 12/CPIC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "Global Effective Tax Rate" ou alíquota efetiva Global. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos para a Companhia e o Grupo em relação às alterações do IAS 1/CPIC 26 sobre a definição e identificação de políticas contábeis materiais. Seção B - Riscos: 5. Estimativas e julgamentos contábeis materiais: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 5.1 Estimativas e julgamentos contábeis materiais: Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um impacto relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir, a. IR, CS e outros tributos: O Grupo conhece prováveis por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado. b. Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. c. Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas: O Grupo está envolvido em processos administrativos e judiciais decorrentes de atuações fiscais, trabalhistas e cíveis. Com base na avaliação da administração e dos pareceres de suas assessorias jurídicas externas, o Grupo contabiliza provisões para perdas prováveis que podem resultar em desfecho.

### Seção C - Estrutura do Grupo: 9. Movimentação dos investimentos sobre as controladas:

Balço patrimonial	WS Amazônia		WS Rondônia		Total
	2022	2023	2022	2023	
<b>Circulante</b>					
Ativo	9.728.957	10.254.588	204.277.817	266.573.361	229.357.412
Passivo	2.336.937	4.323.250	121.462.101	220.824.851	221.797.822
<b>Não circulante</b>					
Ativo	1.270.716	1.950.729	75.773.060	112.769.017	124.189.928
Passivo	2.758.129	2.758.129	93.422.383	149.407.702	125.160.610
Patrimônio líquido	7.240.360	4.723.937	65.166.392	49.070.825	6.119.359

### Demonstração do resultado sintética:

	2023	2022	2023	2022
<b>Recitas</b>				
Lucro antes do IR e da CS	21.922.164	31.753.947	667.813.260	969.739.354
Despesa do IR e CS	(755.486)	(2.569.999)	(23.717.971)	(532.992)
Lucro líquido	2.516.423	1.394.525	16.095.566	(1.849.521)
Lucros nos estoques	(121.466)	22.987	(26.549)	(26.549)

### (b) Movimentação do investimento:

	2023	2022	2023	2022
Quantidade de quotas/ações possuídas	3.316.873	3.316.873	38.040.000	38.040.000
Porcentual de participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Saldo inicial	4.676.437	13.583.418	49.070.825	62.133.826
Realização	-	(10.324.492)	-	(11.213.480)
Saldo final	2.394.956	1.417.511	16.095.566	(9.635.963)
Quantidade de quotas/ações possuídas	7.071.394	4.674.437	49.070.825	5.879.463

### Ativos D - Notas explicativas relevantes selecionadas: 10. Instrumentos financeiros por categoria:

Ativo financeiro	Controladora		Consolidado		
	Nível	2023	2022	2023	2022
<b>Ativos ao custo amortizado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.916	6.218	10.230.600	26.898.271
Contas a receber de clientes	-	363.556	470.793	86.659.895	38.345.444
Partes relacionadas	-	1.000	-	3.594.595	243.420
Outros ativos	-	3.427	9.736	140.033.345	747.605
<b>Derivativos</b>					
Ao valor justo por meio do resultado - estoque	II	-	-	1.535.203	-
<b>Total</b>		<b>370.899</b>	<b>486.747</b>	<b>131.314.508</b>	<b>86.205.699</b>

Passivo e patrimônio líquido/Circulante	Controladora		Consolidado		
	Nível	2023	2022	2023	2022
<b>Passivo financeiro</b>					
Fornecedores	-	495.891	349.633	9.876.837	68.541.647
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	305.093.288	430.385.935
Arrendamento mercantil	-	-	-	607.589	646.265
Derivativos	-	-	-	5.249.829	5.249.829
Partes relacionadas	-	3.499	6.351	322.101	374.715
Múto a pagar	-	-	-	2.425.674	4.708
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	2.516.323
Salários e encargos sociais	-	157.004	161.132	1.334.411	1.451.946
Tributos a recolher	-	4.366	6.160	2.189.586	2.182.760
IR e CS a recolher</					

compensação dos valores recolhidos indevidamente, sendo necessário habilitação do crédito junto à Receita Federal, o que, aparentemente, não foi efetivado, contudo, diante da informação de que o Grupo não apurou valores a pagar nos últimos 10 anos, não há possibilidade de habilitação ou execução da decisão. Os juristas entendem também não ser possível a retificação das atas do Pis e da Cofins do montante apurado desde 02/2010 para reconposição dos créditos consumidos a maior, posto que a sentença é expressa quanto "compensação de valores pagos" e não dos "créditos consumidos a maior". Diante do exposto, o Grupo optou por baixar em 2022 o valor de R\$ 11,4 milhões anteriormente constituídos, pois não há expectativa de recebimento e/ou compensação, juntamente com seus respectivos débitos que somavam R\$ 3,8 mil milhões. **15. Arrendamentos (Consolidado): a. Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:** O balanço patrimonial consolidado dos seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2023	2022
Ativos de direito de uso	1.262.096	1.986.342
Máquinas e equipamentos	1.262.096	1.986.342
Passivos de arrendamentos		
Circulante	607.589	646.265
não circulante	464.700	1.072.289
<b>Saldos reconhecidos na demonstração do resultado:</b>	<b>1.072.288</b>	<b>1.718.554</b>

relacionados a arrendamentos:  
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso  
Máquinas e equipamentos

	2023	2022
Ativos de direito de uso	(724.246)	(702.732)
Saldos em 1º de Janeiro	(192.816)	(148.775)
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	(192.816)	(148.775)

**c. Maturidade dos contratos:** O Grupo apresenta, no quadro a seguir, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento e em prestações não descontadas:

Vencimento das prestações	Taxa % a.a.	2023	2022
Menos de 1 ano		607.589	646.265
Entre 1 e 2 anos		449.784	864.158
Entre 2 e 5 anos		14.915	208.131
	13,67% a 14,9% a.a.	<b>1.072.289</b>	<b>1.718.554</b>

**d. Movimento de saldos dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento:** As movimentações de saldos dos ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2023	2022
Ativos de direito de uso	1.986.342	1.986.244
Saldos em 1º de Janeiro	(724.246)	(702.732)
Adição por novos contratos	-	1.290.831
Despesa de amortização	(724.246)	(702.732)
Saldos em 31 de dezembro	1.262.096	1.986.342
Passivos de arrendamento	2023	2022
Saldos em 1º de Janeiro	1.718.554	1.091.249
Adição por novos contratos	-	1.290.831
Juros provisionados	192.816	148.775
Juros pagos	(66.143)	(22.102)
Pagamentos	(772.938)	(790.198)
Saldos em 31 de dezembro	1.072.288	1.718.554

**16. Imobilizado (Consolidado)**

	Terrenos	Edifícios, dependências e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros (i)	Total
Saldos em 1º/01/2022	6.567.860	26.929.859	20.315.030	1.565.500	55.378.252
Aquisições	975.319	1.176.711	2.865.422	927.881	5.945.332
Baixas	-	-	(202.787)	(690)	(203.477)
Depreciações	-	(1.392.489)	(2.872.552)	(409.105)	(4.674.146)
Saldos em 31/12/2022	7.543.179	26.714.080	20.105.115	2.083.586	56.445.961
Custo total	30.563.605	35.386.206	3.911.606	77.404.996	108.266.413
Depreciação acumulada	(24.020.426)	(9.672.126)	(1.806.491)	(20.956.636)	(56.445.961)
Valor líquido	7.543.179	26.714.080	20.105.115	2.083.586	56.445.961
Custo histórico	4.076.265	26.053.287	18.733.253	2.083.586	50.946.392
Mais-valia do deemed cost (ii)	3.466.914	660.793	1.371.862	-	5.499.569
Valor líquido	7.543.179	26.714.080	20.105.115	2.083.586	56.445.961
Saldos em 1º/01/2023	7.543.179	26.714.080	20.105.115	2.083.586	56.445.961
Aquisições	-	6.821.371	899.567	88.862	7.809.800
Baixas	-	(438)	(272.749)	(41.304)	(314.491)
Depreciações	-	(1.410.532)	(2.902.503)	(479.331)	(4.792.566)

**19. Empréstimos e financiamentos**

Moeda/Modalidade	Vencimento	Encargos financeiros incidentes	Garantias Concedidas	Consolidado
Taxa pós-fixadas - CDI				2023 2022
RS - Empréstimo de Capital de Giro		(2022 - juros de 4,91% a.a. + CDI (2021 - idem))	Aval Cessão fiduciária	- 6.296.613
RS - FGI - Fundo Garantidor para Investimentos		(2022 - juros de 5,85% a.a. + CDI)	Aval Cessão fiduciária	- 2.304.631
RS - NCE - Nota de Crédito de Exportação		(2022 - juros de 5,92% a.a. + CDI)	Aval Cessão fiduciária	- 4.513.730
US\$ - NCE - Nota de Crédito de Exportação		(2022 - juros de 0,11% a.a. + CDI a 49,05% da CDI + variação cambial)	Aval Cessão fiduciária	- 39.860.032
US\$ - CCB - Cédula de Crédito Bancário	27/03/2025	juros de 2,52% a.a. + CDI + variação cambial	Carta de Fiança Bancária	46.597.635
US\$ - PPE - Pré-Pagamento à exportação	27/03/2025	juros de 2,47% a.a. + CDI + variação cambial	Aval de acionista Cessão de Crédito	16.859.917
<b>Subtotal</b>				<b>63.457.553</b>
Taxa pós fixadas - TJLP				2023 2022
RS - FINPE - Financiamento para Estudos e Projetos	23/07/2030	juros de 0,8% a.a. + TJLP (2022 - idem)	Aval Cessão fiduciária	27.181.739 29.291.073
<b>Subtotal</b>				<b>27.181.739</b>
Taxas prefixadas				2023 2022
RS - Empréstimo de Capital de Giro	06/12/2024	juros de 10,95% a.a. (2022 - Juros de 10,95% a.a. + 12,42% a.a.)	Aval Cessão fiduciária	2.067.410 5.308.821
RS - CCE - Carta de Crédito de Exportação	15/02/2024	juros de 1,5% a.a. (2022 - idem)	Alienação Fiduciária	250.271 500.542
RS - CDC - Crédito direto ao consumidor	16/01/2025	juros de 17% a.a.	Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras	13.452.569
US\$ - ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio	05/01/2027 a 05/01/2027	juros de 6,8% a.a. + 13,8% a.a. + variação cambial	Aval	254.276.635 320.779.196
US\$ - CCE - Carta de Crédito de Exportação		(2022 - juros de 4,9% a.a. + 12% a.a. + variação cambial)	Aval	- 1.304.245
US\$ - NCE - Nota de Crédito de Exportação		juros de 1,5% a.a. (2022 - juros de 5,8% a.a. + variação cambial)	Aval Cessão fiduciária	- 23.952.717
US\$ - PPE - Pré-Pagamento à exportação	30/11/2026	(2022 - juros de 5,2% a.a. + 9,05% a.a. + variação cambial)	Alienação fiduciária de bens móveis	- 39.527.717
<b>Subtotal</b>				<b>520.203.992</b>
Passivo circulante				305.093.288
Passivo não circulante				215.110.704
<b>Total</b>				<b>520.203.992</b>

que giram caixa suficiente para que fosse possível a quitação de algumas linhas de financiamento. **20. Derivativos:**

**a. Informações:** O Grupo trabalha com Swaps de taxas de juros, com e sem moeda travada e hedges de commodities, atrelados a contratos de toneladas de estanho. O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizado pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito do Grupo e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de credit default swaps ou preços atuais de títulos negociados. A Companhia não faz operações contabilizadas por Hedge Accounting.

**b. Tipos de contrato e risco protegido**

Instituição	Instrumento Vinculado/ Risco Protegido	Cliente	Condições
Santander	Swap de Fluxo de Caixa com limitador - Hedge de dívida trocando a variação do dólar para taxa prefixada + CDI	US\$ 3.000.000 indexados a juros de 5,8% a.a., com câmbio limitado a R\$ 4,75	R\$ 13.500.000 indexados a juros de 2,95% a.a. + DI
Santander	Swap de Fluxo de Caixa com limitador - Hedge de dívida trocando a variação do dólar para taxa prefixada + CDI	US\$ 1.980.198,02 indexados a juros de 2,91% a.a., com câmbio limitado a R\$ 5,30	R\$ 10.000.000 indexados a juros de R\$ 2,95% a.a. + CDI
Votorantim	Swap de Fluxo de Caixa - Hedge de dívida trocando a variação do dólar para taxa prefixada	US\$ 4.920.049,20 indexados a juros de 7,66% a.a.	R\$ 20.000.000 indexados a juros de 12,85% a.a.
Votorantim	Swap de Fluxo de Caixa - Hedge de dívida trocando a variação de 100% do CDI + 5,85% para variação do % da CDI limitado a 270%	Capital de Giro/Oscilação do CDI	R\$ 5.000.000 indexados a juros de 5,85% a.a. + DI indexados a 100% DI
Daycoval	Swap de Fluxo de Caixa - Hedge de dívida trocando taxa prefixada em 12,415% a.a. para variação de 265% do CDI	Capital de Giro/Taxa prefixada	R\$ 4.053.358,63 indexados a 100% DI
Santander	Swap de Fluxo de Caixa com limitador - Hedge de dívida trocando a variação do dólar para taxa do DI	Nota de Crédito à Exportação/Oscilação do dólar	indexados a 265% da CDI
Santander	Swap de Fluxo de Caixa com limitador - Hedge de dívida trocando a variação do dólar para taxa do DI	Nota de Crédito à Exportação/Oscilação do dólar	R\$ 6.000.000 indexados a juros de 55% da DI
Santander	Swap de Fluxo de Caixa com limitador - Hedge de dívida trocando a variação do dólar para taxa do DI	Nota de Crédito à Exportação/Oscilação do dólar	R\$ 3.000.000 indexados a juros de 100% da DI
Votorantim	Swap de Fluxo de Caixa com limitador - Hedge de dívida trocando a variação do dólar para taxa do DI	Nota de Crédito à Exportação/Oscilação do dólar	R\$ 20.000.000 indexados a juros 5,1% a.a. + DI
Votorantim	Commodities - posições compradas e vendidas de estanho	Commodities - posições compradas e vendidas de estanho	
Votorantim	Commodities - posições compradas e vendidas de estanho	Commodities - posições compradas e vendidas de estanho	

**c. Derivativos em aberto por tipo de contrato:** As posições ativa e passiva dos derivativos em aberto por tipo de contrato, com a apresentação da hierarquia do valor justo estão apresentadas a seguir:

Instituição	Tipo do derivativo	Valor original	Hierarquia Valor Justo	Ativo	AVJ	Saldo	Passivo	Consolidado
Santander	Swap de Fluxo de Caixa com limitador - Hedge de dívida trocando a variação do dólar para taxa prefixada + CDI	13.500.000	Nível 2	1.189.605	135.328	1.324.933	1.131.327	4.280
Votorantim	Swap de Fluxo de Caixa - Hedge de dívida trocando a variação de 100% do CDI + 5,85% para variação do %CDI limitado a 270%	5.000.000	Nível 2	2.304.631	59.543	2.364.174	2.313.170	173.466
Daycoval	Swap de Fluxo de Caixa - Hedge de dívida trocando taxa prefixada em 12,415% a.a. para variação de 265% do CDI	4.053.359	Nível 2	1.957.504	1.586.627	3.544.131	1.982.367	437.382
Santander	Swap de Fluxo de Caixa com limitador - Hedge de dívida trocando a variação do dólar para taxa do DI	6.000.000	Nível 2	6.136.752	233.186	6.369.939	6.152.731	245.807
Santander	Swap de Fluxo de Caixa com limitador - Hedge de dívida trocando a variação do dólar para taxa do DI	3.000.000	Nível 2	3.070.415	951.320	3.631.735	3.100.663	605.813
Santander	Swap de Fluxo de Caixa com limitador - Hedge de dívida trocando a variação do dólar para taxa do DI	20.000.000	Nível 2	14.728.791	145.816	14.874.606	15.930.002	517.231
Votorantim	Commodities - posições compradas e vendidas de estanho	29.387.698	2.721.820	32.109.518	30.610.260	2.041.222	32.651.483	(5.249.829)
Votorantim	Commodities - posições compradas e vendidas de estanho	29.387.698	2.721.820	32.109.518	35.318.125	2.041.222	37.359.347	(5.249.829)
Votorantim	Commodities - posições compradas e vendidas de estanho	29.387.698	2.721.820	32.109.518	35.318.125	2.041.222	37.359.347	(5.249.829)

**d. Liquidações:** As liquidações ocorridas em 2023 e 2022 de acordo com cada contrato, seguem abaixo:

Instituição	Tipo do derivativo	Consolidado
Santander	Swap de Fluxo de Caixa com limitador - Hedge de dívida trocando a variação do dólar para taxa prefixada + CDI	(14.317) (273.912)
Votorantim	Swap de Fluxo de Caixa - Hedge de dívida trocando a variação de 100% do CDI + 5,85% para variação do %CDI limitado a 270%	(515.425)
Votorantim	Swap de Fluxo de Caixa - Hedge de dívida trocando a variação do dólar para taxa prefixada	5.015.640
Votorantim	Swap de Fluxo de Caixa - Hedge de dívida trocando a variação de 100% do CDI + 5,85% para variação do %CDI limitado a 270%	(117.541)
Daycoval	Swap de Fluxo de Caixa - Hedge de dívida trocando taxa prefixada em 12,415% a.a. para variação de 265% do CDI	(164.929)
Santander	Swap de Fluxo de Caixa com limitador - Hedge de dívida trocando a variação do dólar para taxa do DI	(2.530.338)
Santander	Swap de Fluxo de Caixa com limitador - Hedge de dívida trocando a variação do dólar para taxa do DI	(2.433.068)
Votorantim	Swap de Fluxo de Caixa com limitador - Hedge de dívida trocando a variação do dólar para taxa do DI	(3.805.916)
Votorantim	Commodities - posições compradas e vendidas de estanho	1.264.581
Votorantim	Commodities - posições compradas e vendidas de estanho	2.299.867
Votorantim	Commodities - posições compradas e vendidas de estanho	2.485.655
Votorantim	Commodities - posições compradas e vendidas de estanho	(9.066.109)

**21. Provisão para contingências: a. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** O Grupo tem ações de natureza civil, tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado
Tributárias	2023 2022
PIS e COFINS	5.915.465 1.707.603
ICMS (i)	15.403.211 1.515.436
Demais	91.928 -
Trabalhistas	2.213 81.414
Cível	5.546 -
<b>Total</b>	<b>21.415.363</b> <b>3.304.453</b>

(i) A variação na rubrica de ICMS decorre de processos cuja obrigação presente poderia conduzir a uma saída de recursos em relação se tomou possível e cuja saída de recursos ainda é uma estimativa não confiável. Em dezembro de 2023, o Grupo White Solder em suas unidades White Solder Metalurgia e Mineração Ltda. e White Solder Group S.A., foi envolvido em uma operação policial que buscava elementos que corroborassem com uma investigação a respeito de exploração e aquisição de minério de cassiterita que teria sido supostamente extraído de maneira ilegal em terras indígenas Yanomami no período entre fevereiro e julho de 2021, no estado de Roraima, por mineradores vinculados a uma cooperativa que fornece minério de cassiterita ao Grupo. Nesta ocasião, a administração disponibilizou à autoridade policial os registros de aquisição de minérios e vendas de estanho das unidades do Grupo, além de ter tido a apreensão de bens. A administração teve acesso ao teor da referida investigação, que é protegida por sigilo. A operação abrange parte do comércio de estanho brasileiro, com o objetivo de apurar e punir os agentes que possam ter se envolvido na extração e comercialização de forma ilegal o minério extraído de terras indígenas. A investigação, portanto, abrange transações com outras pessoas físicas e jurídicas. Até o momento, a investigação policial não foi finalizada, de forma que não existem relatórios conclusivos, indícios ou denúncias que penalizem o Grupo White Solder. A administração contratou advogado especializado para patrocínio e acompanhamento de todo o processo de investigação. O Grupo White Solder não afeverou comunicações formais sobre o evento a seus parceiros de negócios, conduziu procedimentos independentes para dar cumprimento às transações e comunicações realizadas a uma cooperativa que atua como uma das principais fornecedoras de cassiterita para o grupo desde 2016 e que faz parte da investigação policial. Presentemente, não é possível prever a duração das investigações em curso, assim como os seus desdobramentos e efeitos para o Grupo oriundos dessas incertezas, além das informações prestadas acima. **22. Patrimônio líquido: a. Capital Social:** O capital social está representado por 13.072.688 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 31/12/2023 e 2022, a participação no capital social da Companhia é como segue:

	Quantidade de ações	Valor	%
Tor Participações S/A	9.520.023	9.520.023	72,82%
RRC FV LLC	3.552.665	74.999.046	27,17%
<b>Total</b>	<b>13.072.688</b>	<b>84.519.069</b>	<b>100,00%</b>

**b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após compensações legais e estatutárias, e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim proteger a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **c. Dividendo mínimo obrigatório:** O acionista é assegurado o direito de receber dividendos obrigatórios de 5%, após as compensações legais e estatutárias, conforme disposto no artigo 19º do Estatuto Social da Companhia. Em 2022, através de Assembleia geral ordinária realizada em 26/04/2023, foi autorizado a distribuição dos R\$ 1.076.899 anteriormente provisionados e a distribuição adicional de R\$ 20.461.073. Essa ata foi registrada em 06/05/2022. Em virtude da realização de prejuízo no exercício de 2022 e da absonação de parte desse prejuízo em seu lucro líquido de 2023, não foram provisionados dividendos mínimos obrigatórios em ambos os períodos. **23. IR e CS: a. Conciliação da aliquota dos tributos sobre o lucro:** A conciliação da despesa calculada pelas aliquotas combinadas da despesa de IR e CS no resultado do exercício é demonstrada como segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da White Solder Group S.A.

	Terrenos	Edifícios, dependências e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis (i)	Total
Saldos em 31/12/2023	7.543.179	32.124.452	17.829.430	1.651.613	59.148.674
Custo total	7.543.179	37.381.476	34.040.423	3.521.427	82.486.505
Depreciação acumulada	-	(5.257.024)	(16.210.993)	(1.869.814)	(23.337.830)
Valor líquido	7.543.179	32.124.452	17.829.430	1.651.613	59.148.674
Custo histórico	4.076.265	31.495.057	16.730.946	1.651.613	53.953.880
Mais-valia do deemed cost (ii)	3.466.914	629.395	1.098.484	-	5.194.794
Valor líquido	7.543.179	32.124.452	17.829.430	1.651.613	59.148.674

(i) Composto por veículos, móveis e utensílios, equipamentos de informática e ferramentas não perecíveis. (ii) Custo atribuído (Deemed Cost): o custo dos bens do ativo imobilizado inclui o resultado da adoção do custo atribuído pelas controladoras da Companhia. Nesse contexto, foi aprovada a nomeação de empresa especializada, bem como o resultado dos trabalhos de revisão das vidas úteis econômicas e dos correspondentes valores de custo atribuído (valor de mercado) para os principais grupos de bens do ativo imobilizado. Os valores de tais operações estão descritos no quadro acima. **a. Garantias:** Em 31/12/2023 e 2022, terrenos com valor contábil de R\$ 3.100.946 e equipamentos com valor contábil de R\$ 2.025.920 (2022 - R\$ 2.682.622) estão alienados para garantir empréstimos bancários, assim como também estão penhoradas 9.520.023 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

	Softwares (i)	Marcas e Patentes (ii)	Recursos Minerais (iii)	Total
Saldos em 1º/01/2022	3.691	186.030	800.000	989.721
Aquisições	44.238	-	-	44.238
Amortizações	(3.847)	-	-	(3.847)
Saldos em 31/12/2022	44.082	186.030	800.000	1.030.112
Custo total	79.748	186.030	800.000	1.065.778
Amortização acumulada	(35.666)	-	-	(35.666)
Valor residual	44.082	186.030	800.000	1.030.112
Custo histórico	44.082	186.030	800.000	1.030.112
Saldos em 1º/01/2023	44.082	186.030	800.000	1.030.112
Amortizações	(9.746)	-	-	(9.746)
Saldos em 31/12/2023	34.336	186.030	800.000	1.020.366
Custo total	68.897	186.030	800.000	1.054.927
Amortização acumulada	(34.561)	-	-	(34.561)
Valor residual	34.336	186.030	800.000	1.020.366
Custo histórico	34.336	186.030	800.000	1.020.366

(i) As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados a manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. (ii) As marcas e patentes são capitalizadas pelo custo incorrido com o registro delas junto aos órgãos competentes e não possuem registro de amortização. (iii) Os recursos minerais foram capitalizados pelo custo incorrido e deve ser amortizado conforme período e capacidade produtiva da mina explorada.

**18. Fornecedores e outras contas a pagar**

	Controladora	Consolidado
Fornecedores de insumos e materiais (i)	2023 2022	

• Custos e Orçamento; • Suporte SAP; e • Departamento pessoal. Cada setor é responsável pela realização de uma parcela específica das atividades que são suporte às subsidiárias, auxiliando-as na parte administrativa e operacional através de uma equipe de profissionais que pode desenvolver atividades para todas as subsidiárias. No final de cada mês, após a contabilização de todas as receitas e despesas, será apurado o resultado do período, que será rateado para cada subsidiária de acordo com a porcentagem do faturamento individual de cada uma em relação ao faturamento total do Grupo. Após a apuração do valor devido, a Companhia e a Tor providenciam emissão de Nota de Débito para cada uma das subsidiárias, nos respectivos valores devidos por cada uma no prazo de até 30 (trinta) dias, com vencimento para o décimo quinto dia após a emissão. A movimentação do *cost sharing* durante os anos de 2023 e 2022 segue a seguir:

		Grupo Tor	
		2023	2022
	WSG	Tor	WSG
White Solder Group S/A	3.455.293	(45.133)	3.351.349
White Solder da Amazonia Ltda.	(99.602)	(208.769)	(106.655)
White Solder Metalurgia e Mineração Ltda.	(2.054.606)	(4.770.970)	(1.888.845)
White Solder Ltda.	(1.301.085)	(4.138.549)	(1.355.848)
		<b>(9.163.421)</b>	<b>(9.581.516)</b>

**30. Seguros (não auditado):** O Grupo tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2023, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Riscos cobertos	Montante da cobertura
Seguro de Veículo	48.033,00
Danos Materiais	1.850,000
Médico e Hospitalares	210.000
Danos Corporais	2.200.000
Danos Morais	290.000
Acidentes Pessoais a Passageiros - Morte	130.000
Acidentes Pessoais a Passageiros - Invalidez	110.000
	<b>4.838.033</b>

**Vida (Funcionários) (i)**

Morte natural ou accidental	
Invalidez permanente total ou parcial por acidente	
Invalidez funcional permanente ou doença	18x salário do colaborador
Morte natural ou accidental do cônjuge	9x salário do colaborador
Morte natural ou accidental de filhos	10.000
Auxílio funeral	3.000

(i) Mínimo de R\$ 50.000 e máximo de R\$ 396.000

**Seção E - Políticas contábeis: 31. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário, a. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. **Moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas)", líquidos". c. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante (vide nota 19). d. **Receita de contrato com cliente:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. O Grupo fabrica, vende e revende uma variedade de metais não ferrosos no mercado nacional e internacional. As vendas são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento em que os produtos são faturados e destinados ao cliente, que se torna o beneficiário e passa a ter total liberdade sobre o canal e preço de venda dos produtos, bem como aceita os termos de pagamentos sendo possível assim a determinação dos fluxos de caixa futuros referentes a transferência do ativo. e. **Subvenção e assistência governamentais:** A subsidiária White Solder Metalurgia e Mineração Ltda. possuía até dezembro de 2021 incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, cuja condição onerosa atendida para concessão é a implantação de empreendimento industrial na área de atuação da Sudam. O valor do imposto que deixa de ser pago é destinado à reserva para Doações e Subvenções para Investimentos contra o resultado (nota explicativa 25(b)), que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que já tenham sido absorvidas as demais reservas de lucros ou aumento do capital social, podendo ser distribuída aos acionistas mediante tributação. Essa subvenção passou por processo de renovação durante todo o ano de 2022 até setembro de 2023, quando foi aprovada nova permissão de incentivo. Demais incentivos fiscais ou subvenção, quando existentes, são registrados na demonstração do resultado como deduções da receita líquida, em contrapartida do respectivo tributo a recolher. f. **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem receitas e despesas de juros, ganhos e perdas líquidos de variação cambial, descontos concedidos e obtidos, encargos sobre empréstimos, financiamentos e outras operações, receita e despesas com operações de hedge. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. g. **IR e CS:** O IR e a CS do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IR e 9% sobre o lucro tributável para CS sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IR e CS compreende os impostos de renda e CS correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. (i) **Despesas de IR e CS corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. (ii) **Despesas de IR e CS diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferido. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis irrelevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. h. **Estoque:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matéria-prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado. i. **Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, acrescidos de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*) para os grupos terrenos, prédios,

edificações, máquinas e equipamentos industriais menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada (nota explicativa 16). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo ou o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. (ii) **Custos subsequentes:** O Grupo inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. (iii) **Depreciação:** Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil para controladora e consolidado, que é estimado como segue: Edifícios, dependências e benfeitorias - 20 anos; Máquinas e equipamentos - 8 anos; Outros - 5 a 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. (iv) **Impairment e baixa:** As controladas do Grupo optaram por avaliar determinados ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) (nota explicativa 16). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida a conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido das controladas, líquido dos tributos diferidos correspondentes (nota explicativa 23(b)). O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas)", líquidos" na demonstração do resultado. j. **Ativos intangíveis: (i) Reconhecimento e mensuração:** As marcas registradas e as licenças (incluindo licenças de *software*) são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas. (ii) **Gastos subsequentes:** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os *softwares* para sua utilização quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com *ágio* gerado internamente são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (iii) **Amortização:** As marcas registradas e as licenças são amortizadas durante a vida útil estimável de cinco anos. k. **Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Outros ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado e são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo e financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. As debêntures são classificadas como instrumentos de dívida e, portanto, classificadas como passivos nas demonstrações financeiras. Essas são inicialmente registradas pelo valor correspondente ao montante dos recursos captados, e posteriormente acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas e juros pagos. A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger (*hedge*) suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, taxa de juros e do preço da *commodity*. O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação da Empresa e à redução de sua exposição aos riscos de moeda, taxa e mercado, devidamente identificados por políticas e diretrizes estabelecidas. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. O Grupo não oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. (ii) **Classificação e mensuração subsequente:** A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação, bem como alterações devido ao risco ESG; Nível 2: informações, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, preços) ou indiretamente (ou seja, derivado de preços). Nível 3: informações, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (ou seja, premissas não observáveis). Este é o caso dos títulos patrimoniais não cotados e dos instrumentos em que o risco ESG dá origem a um ajuste não observável significativo. O Grupo não alterou quaisquer técnicas de avaliação na determinação dos valores justos de Níveis 2 e 3. **Ativos financeiros:** O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria custo amortizado e, subsequentemente, os mensura ao valor justo, por meio do resultado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Esses passivos financeiros são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. (iii) **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) **Compensação:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. l. **Capital social** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. m. **Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo avalia, em cada data de balanço, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito, que é avaliado diretamente pela Administração do grupo e leva em consideração (política de crédito): Dificuldades financeiras significativas do devedor; Quebra de cláusulas contratuais; Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não sejam aceitas em condições normais; A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto satisfeito algum risco identificado com base na experiência

histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. (ii) **Ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem indícios de perda do valor recuperável (*impairment*). Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma Unidade Geradora de Caixa - UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço. n. **Provisões: (i) Reconhecimento e mensuração:** As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que refita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas a tributos de exercícios anteriores (últimos cinco anos) das controladas, uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva das declarações de IR no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevisíveis em sua interpretação. Dessa forma, com base na opinião de seus consultores legais, a administração do Grupo é de opinião que todos os tributos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31/12/2021 e de 2020, não tem conhecimento de ações de vulto formalizadas, ou não, contra as empresas do grupo que implicassem na constituição de provisão adicional para cobrir eventuais desembolsos futuros. o. **Arrendamento:** O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. O ativo de direito de uso será subsequentemente amortizado pelo período de tempo desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso será periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas renúncias do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento foi mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontado pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. p. **Mensuração ao valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros não financeiros (veja nota explicativa 31(k)). Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis e/ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. q. **Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas do Grupo é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles ou, quando da proposição pela administração, dividendo mínimo obrigatório. 32. **Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º/01/2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do balanço somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º/01/2024. • **Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos":** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e locação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e locação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revisados" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e locação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação":** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i) (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas contábeis IFRS/CPC ou interpretações IFRIC/CPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

**Diretoria**

**Alessandro Saccoman Torrente** - Diretor Administrativo e Financeiro - CPF: 163.689.008-30

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a

eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

**Contadora**

**Aline Cristina Lourenço Moraes** - CRC: ISP 291677/0-5

Ribeirão Preto, 18/06/2024

**pwc**

**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/0-5

**Gustavo dos Santos Amud**  
Contador CRC 1RJ085031/0-0



## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: UJAPJ-FDQYJ-F5PVT-VGEB8

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ FRANCISCO JORGE ROSA FILHO (CPF 056.898.198-75) - FAROL CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA (CNPJ 71.661.599/0001-52) em 02/07/2024 08:27 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/UJAPJ-FDQYJ-F5PVT-VGEB8>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate>